



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM ALTO SÃO FRANCISCO - Diretoria Regional de Controle Processual

Termo Aditivo nº 02 - TAC nº 42/2020 - SEMAD/SUPRAM ASF-DRCP

Divinópolis, 05 de janeiro de 2023.

2º TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL – ADITIVO Nº 01 TAC/ASF/42/2020 QUE O EMPREENDIMENTO ITABRITA – BRITADORA ITATIAIUÇU LTDA FIRMA PERANTE O ESTADO DE MINAS GERAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD, NESTE ATO REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE ALTO SÃO FRANCISCO.

O ESTADO DE MINAS GERAIS de um lado, por meio de sua Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, CNPJ n. 00.957.404/0001-78, neste ato representada pela Subsecretária de Regularização Ambiental, **ANNA CAROLINA DA MOTTA DAL POZZOLO**, MASP nº. 1.4917.652, conforme delegação de competência do art. 4º, §1º, I, da Resolução SEMAD nº 3.197/2022 e do Decreto Estadual nº 47.787/2019, órgão público situado à Rodovia João Paulo II, nº 4143, bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-900, doravante denominada COMPROMITENTE, e, de outro, **ITABRITA – BRITADORA ITATIAIUÇU LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n. 14.152.333/0004-93, situado na Rodovia MG 050, km 117,40, na zona rural, do município de Carmo do Cajuru/MG, CEP 35.557-000, empreendimento que, na forma estabelecida em seus atos constitutivos e consoante o devido instrumento de mandato/procuração (58253333) representado pelo procurador

, conforme contrato social da empresa, com base no artigo 1.060 do Código Civil (Lei Federal n. 10.406/2002), com fulcro no artigo 32, §1º, do Decreto Estadual 47.383/2018, doravante designada COMPROMISSÁRIA, firmam o presente **Aditivo nº 02 ao TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA nº 42/2020**, nos termos dos nos termos do art. 32, §1º c/c art. 108, § 3º, do Decreto Estadual n. 47.383/2018, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO que constitui obrigação legal da COMPROMISSÁRIA providenciar o Licenciamento Ambiental do seu empreendimento, por meio do processo administrativo SLA nº 3103/2021, constituído como pedido de Licença de Operação Corretiva (LOC) COPAM, o qual está vinculado o presente Termo;

CONSIDERANDO que o referido processo SLA, está relacionado aos autos do processo eletrônico SEI nº 1370.01.0059467/2020-14

CONSIDERANDO a previsão legal do art. 32, §1º, do Decreto Estadual n. 47.383/2018, que permite firmar Termo de Ajustamento de Conduta para a cessação da suspensão das atividades até a regularização do empreendimento:

Art. 32 – A atividade ou o empreendimento em instalação ou em operação sem a devida licença ambiental deverá regularizar-se por meio do licenciamento ambiental em caráter corretivo, mediante comprovação da viabilidade ambiental, que dependerá da análise dos documentos, projetos e estudos exigíveis para a obtenção das licenças anteriores.

§ 1º – A continuidade de instalação ou operação da atividade ou do empreendimento dependerá da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC junto ao órgão ambiental competente, independentemente da formalização do processo de licenciamento; (Decreto Estadual nº 47.383/2018)

CONSIDERANDO o teor do art. 79-A, §1º, da Lei n. 9.605/1998 que aduz: § 1º “O termo de compromisso a que se refere este artigo destinar-se-á, exclusivamente, a permitir que as pessoas físicas e jurídicas mencionadas no caput possam promover as necessárias correções de suas atividades, para o atendimento das exigências impostas pelas autoridades ambientais competentes” e que A ASSINATURA DESTES TERMOS NÃO AMPARA O FUNCIONAMENTO DO EMPREENDIMENTO, CASO SEJA CONSTATADA, A QUALQUER MOMENTO POR UM AGENTE FISCALIZADOR, A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL;

CONSIDERANDO que o presente instrumento não autoriza qualquer nova intervenção ou supressão de espécies vegetais, intervenção ou supressão em Áreas de Preservação Permanente (APP);

CONSIDERANDO que constitui obrigação legal da COMPROMISSÁRIA providenciar a tomada de medidas visando a corrigir as ocorrências de degradação ou poluição ambiental constatadas pelos órgãos ambientais competentes;

CONSIDERANDO o posicionamento institucional referente aos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) que vigentes ao tempo da pandemia sendo que cumpridas as condicionantes e realizado o pedido de prorrogação tempestivamente deve ser realizada a convalidação quanto ao período que ficou aguardando o órgão se manifestar, consubstanciado no Memorando.SEMAD/SURAM.nº 340/2020 (17825890), que dispõe que:

Isso porque caso o empreendedor tenha solicitado a prorrogação da vigência do TAC a tempo e modo, não faz sentido o empreendedor ser penalizado pela mora da administração pública.

Portanto, neste caso, sugere-se que seja feito termo aditivo com cláusula de convalidação para o período em que ficou aguardando manifestação do órgão ambiental. (Memorando.SEMAD/SURAM.nº 340/2020)

CONSIDERANDO que a aferição dos aspectos técnicos atinentes ao funcionamento das atividades da empresa pela Diretoria Regional de Regularização Ambiental referentes ao empreendimento, com base nas atribuições do Decreto Estadual 47.787/2019 e quanto aos requisitos do art. 79-A da Lei 9.605/1998.

CONSIDERANDO que a atuação da Superintendência Regional de Meio Ambiente, integrante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), deve se pautar pelo princípio basilar de Direito Ambiental do Desenvolvimento Sustentável, conforme segue:

Considerando o “prima principum” do Direito Ambiental, o desenvolvimento sustentável tem como harmonização das seguintes vertentes:

- *Crescimento econômico*
- *Preservação ambiental*
- *Equidade social*

Importante frisar que o desenvolvimento somente pode ser considerado sustentável quando as três vertentes acima relacionadas sejam efetivamente respeitadas de forma simultânea. (Thomé. Romeu. Manual de Direito Ambiental. 4. Ed. Revista, atualizada e ampliada. Salvador: Editora Juspodivm, 2014, p 58)

CONSIDERANDO que cessou o Estado de Calamidade da COVID 19 considerando o Decreto Estadual nº 596/2022 de 22 de setembro de 2022 que revogou o Decreto NE nº 113, de 12 de março de 2020, que havia declarado a situação de emergência em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o protocolo formalizado na SUPRAM-ASF pelo empreendimento por meio do processo SEI nº 1370.01.0059467/2020-14, no qual este solicitou continuidade do funcionamento de suas atividades pela prorrogação por um 2º aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta nº 42/2020;

CONSIDERANDO que o Direito Administrativo é regido pelo princípio fundamental da Supremacia do Interesse Público, que deve ser o norte da aplicação dos atos administrativos,

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico da SEMAD/ASJUR nº 144/2015, bem ainda o posicionamento da Advocacia Geral do Estado (AGE), por meio do 15.515/2015, a quem esta Diretoria de Controle Processual é subordinada juridicamente, consoante art. 54 do Decreto Estadual nº 47.787/2019, verifica-se que a possibilidade da prorrogação do TAC, nos termos do Decreto Estadual 47.383/2018 e da Deliberação Normativa nº 217/2017 do COPAM.

CONSIDERANDO que no presente instrumento estão sendo estipuladas cláusulas técnicas de controle ambiental para que o empreendimento possa operar suas atividades, garantindo a proteção ambiental necessária e com medidas necessárias técnico/jurídicas a serem ajustadas, de modo que este venha a atingir a regularidade plena exigida pela legislação ambiental e conforme previsão finalística do art. 79-A, *caput* da Lei 9.605/1998.

CONSIDERANDO que se deve atentar para a conciliação entre a busca de proteção ambiental e o desenvolvimento, para evitar a tomada ou a manutenção de medida administrativa mais drástica;

CONSIDERANDO que fora proferida decisão judicial por meio do Acórdão nº 1.0000.20.589108-8/000 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), conforme segue:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO E DO ESTADO PARA LEGISLAREM SOBRE DANOS AO MEIO AMBIENTE - COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA EDITAR NORMAS GERAIS - COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DO ESTADO PARA EDITAR NORMAS QUE ATENDAM ÀS PECULIARIDADES REGIONAIS - SUBORDINAÇÃO HIERÁRQUICA DAS NORMAS ESTADUAIS EM RELAÇÃO ÀS NORMAS FEDERAIS - LEI ESTADUAL N. 7.772/1980 - ARTIGO 16, §9º - PENALIDADE DE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS À MÍNGUA DE LICENÇA AMBIENTAL - POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES A PARTIR DE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - AFRONTA À NORMATIZAÇÃO FEDERAL - LEI N. 9.605/98 - INCONSTITUCIONALIDADE - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 10, XV, "H", DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - PEDIDO JULGADO PROCEDENTE - A arguição da invalidade da norma estadual, em virtude de possível afronta à normatização geral erigida pela União, ainda que demande inevitavelmente a análise do teor da legislação federal, pode ser objeto de apreciação jurisdicional no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade, tendo em vista que a afronta constitucional aventada tangencia o desrespeito à repartição de competência estabelecida na Carta Constitucional do Estado e atrai a iniquação de verdadeira inconstitucionalidade. - Nos termos do artigo 10, XV, "h", da Constituição do Estado de Minas Gerais, compete ao Estado legislar, concorrentemente com a União, sobre a responsabilidade por dano ao meio ambiente. - Em se tratando de competência concorrente, compete à União a edição de normas gerais e aos Estados a edição suplementar de normas que atendam às peculiaridades regionais, sem que haja a afronta estadual às diretrizes federais, sob pena de inconstitucionalidade em seu aspecto formal. - Ao prever o Estado de Minas Gerais que a suspensão das atividades potencialmente lesivas ao meio ambiente, exercidas sem a necessária licença ambiental, poderá ser afastada a partir da celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (art. 16, §9º, da Lei n. 7.772/80), afrontou o arcabouço normativo genérico erigido pela União, que estabelece expressamente que, no caso de inobservância às prescrições regulamentares, deve ser cominada a sanção de suspensão das atividades. - Padece de inconstitucionalidade a parte final do §9º, do artigo 16, da Lei Estadual n. 7.772/80 - "ou firme termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental, com as condições e prazos para funcionamento do empreendimento até a sua regularização" -, por invasão da seara competencial da União, em franca violação ao artigo 10, XV, "h", da Constituição Estadual. - Pedido julgado procedente. (TJMG - Ação Direta Inconst 1.0000.20.589108-8/000, Relator(a):

Des.(a) Corrêa Junior , ÓRGÃO ESPECIAL, julgamento em 28/04/0021, publicação da súmula em 06/05/2021)

CONSIDERANDO que posteriormente a SUPRAM ASF foi comunicada na data de 19/05/2021 quanto a decisão ao pedido de embargos de declaração sob o nº 1.0000.20.589108-8/002 do TJMG o qual acolheu efeito suspensivo a decisão citada permitindo a manutenção dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) assinados até 28/04/2021, conforme disponível em: <https://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_complemento2.jsp?listaProcessos=10000205891088000>:

*...encaminha cópia da decisão proferida nos Embargos de Declaração nº 1.0000.20.589108-8/002: "...**Pelo exposto, concedo parcialmente o efeito suspensivo requerido, para sobrestar os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da última parte do §9º, do artigo 16, da Lei Estadual n. 7.772/80, tão somente em relação aos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com fulcro na referida norma até 28 de abril de 2021.** Ao ilustre Procurador-Geral de Justiça sobre os embargos de declaração interpostos, em dez dias. Em seguida, retornem os autos à conclusão para o julgamento do recurso...*

CONSIDERANDO ainda que com relação aos TACs celebrados anteriormente, foi encaminhado posicionamento pelo Memorando-Circular nº 8/2021/SEMAD/GAB - JUD (30869645) considerando as orientações cabíveis pela Advocacia Geral do Estado (AGE), por meio dos ASJUR/SEMAD que expediu o Despacho nº 30/2021/SEMAD/ASJUR (30044037), retificado por meio do Despacho nº 40/2021/SEMAD/ASJUR (30819997), quanto aos termos já assinados, quando as providências a serem realizadas pelas Superintendências Regionais de Meio Ambiente do Alto São Francisco (SUPRAMs), nos termos das atribuições do art. 51 do Decreto Estadual nº 47.787/2019, na Lei Estadual nº 23.304/2019, e observado o procedimento disposto no Decreto Estadual nº 47.383/2018 e na Deliberação Normativa nº 217/2017 do COPAM.

CONSIDERANDO que posteriormente foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais nos Embargos de Declaração-Cv Nº 1.0000.20.589108-8/002 (33344111), conforme segue:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO – POSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE TAC DESDE QUE RESPEITADOS OS PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E DA PREVENÇÃO – OBSERVÂNCIA DAS BALIZAS DAS NOTAS TÉCNICAS EMITIDAS PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS DO PODER EXECUTIVO (VOTO VOGAL DESEMBARGADOR MARCO AURÉLIO FERENZINI) EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO E DO ESTADO PARA LEGISLAREM SOBRE DANOS AO MEIO AMBIENTE – COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA EDITAR NORMAS GERAIS – COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DO ESTADO PARA EDITAR NORMAS QUE ATENDAM ÀS PECULIARIDADES REGIONAIS – SUBORDINAÇÃO HIERÁRQUICA DAS NORMAS ESTADUAIS EM RELAÇÃO ÀS NORMAS FEDERAIS – LEI ESTADUAL N. 7.772/1980 – ARTIGO 16, §9º - PENALIDADE DE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS À MÍNGUA DE LICENÇA AMBIENTAL – POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES A PARTIR DE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – AFRONTA À NORMATIZAÇÃO FEDERAL – LEI N. 9.605/98 – INCONSTITUCIONALIDADE – VIOLAÇÃO AO ARTIGO 10, XV, “H”, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - PEDIDO JULGADO PROCEDENTE – OBSCURIDADE – INEXISTÊNCIA – MODULAÇÃO DOS EFEITOS – CABIMENTO – RELEVANTE INTERESSE SOCIAL E SEGURANÇA JURÍDICA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES. - O manejo dos embargos de declaração pressupõe, objetivamente, a existência de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, ou ainda o objetivo de sanar erro material. - **Demonstrados o excepcional interesse social e a necessidade de preservação da segurança jurídica, em razão dos inúmeros Termos de Ajustamento de Conduta que sustentam a continuidade de empreendimentos diversos no Estado de Minas Gerais, justifica-se a modulação dos efeitos da inconstitucionalidade declarada, para que: a) o “decisum” tenha eficácia a partir da data da cientificação do requerido acerca do acórdão (19/05/2021).***

impedindo, a partir desse marco, a celebração de novos termos com base no dispositivo impugnado; b) seja mantida a higidez dos TAC preteritamente firmados, por três anos, a partir da data da cientificação do requerido acerca do acórdão da ADI – prazo suficiente para que se dê a regularização da atividade desajustada (até 19/05/2024). - Embargos de declaração parcialmente acolhidos, com efeitos infringentes, tão somente para a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade. (V.P.V. DESEMBARGADOR RELATOR CORRÊA JUNIOR)

CONSIDERANDO que as atuais orientações institucionais da SEMAD por meio do Memorando Circular nº 07/2021/SEMAD/GAB (33505046) e Memorando Circular nº 09/2021/SEMAD/GAB (33570312) definem os novos procedimentos quanto aos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e que estão sendo considerados neste termo.

CONSIDERANDO a constatação de viabilidade técnica do pedido de prorrogação pelo cumprimento a contento das condicionantes do TAC, conforme análise da Diretoria Regional de Regularização Ambiental, nos termos do art. 52, V, do Decreto Estadual nº 47.787/2019, por meio de seu Núcleo de Controle Ambiental (NUCAM), consoante art. 10º da Resolução nº 2.926/2020 SEMAD, conforme Despacho nº 03/2022/SEMAD/SUPRAM ASF-NUCAM (58329239), que atesta o cumprimento das obrigações consignadas no presente termo, de modo a observar também os princípios de Direito Ambiental da precaução e da prevenção.

CONSIDERANDO a necessidade da instrução do processo de licenciamento seguindo o norte traçado pela Resolução nº 237/1997 do CONAMA e a complexidade do presente licenciamento ambiental que contempla empreendimento de mineração de significativo impacto ambiental, que demanda uma análise aprofundada, fator que influencia na necessidade de mais prazo para a conclusão do processo, bem como a delegação de competência do art. 4º, parágrafo único, I, da Resolução SEMAD nº 3.043/2021;

CONSIDERANDO ainda o Termo de Referência (24621164) e que por meio o Programa de Eficiência Ambiental (PEA) instituído pela Lei Estadual nº 22.257/2016, no Decreto Estadual nº 47.297/2017 e atualmente definidas por meio da Resolução Conjunta COFIN/SEMAD nº 01/2022, que regulamenta o Programa de Eficiência Ambiental no âmbito do SISEMA, verifica-se que vem sendo realizadas ações e implementados esforços pela SEMAD e SUPRAM na eliminação do passivo de processos de licenciamento ambiental, fator que gera a expectativa de finalização da análise do processo de licenciamento ambiental em um prazo não muito extenso, e observado o Devido Processo e as diretrizes técnicas-normativas aplicáveis.

Resolvem celebrar o presente **Aditivo nº 02 ao TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA nº 42/2020**, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento a obrigação da COMPROMISSÁRIA promover a adequação ambiental do seu empreendimento e evitar possível degradação ambiental por meio do atendimento às solicitações técnicas-jurídicas emitidas pela COMPROMITENTE, referentes ao processo de licenciamento ambiental para a conclusão do mesmo e execução das medidas constantes na CLÁUSULA SEGUNDA, haja visto o processo SLA nº 3103/2021 na modalidade LAC1, de pedido de licença de operação corretiva (LOC), nos termos da Lei Estadual nº 21.972/2016, do Decreto Estadual nº 47.383/2018 e da Lei Estadual nº 7.772/1980, para as seguintes atividades da Deliberação Normativa nº 217/2017 do COPAM:

- Extração de rocha para produção de britas, código A-02-09-7, com produção bruta de 210.000 toneladas/ano, classe 04, com potencial poluidor médio e porte grande;

Parágrafo primeiro. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) terá correlação com o processo de licenciamento ambiental corretivo (LOC) SLA Ecossistemas nº 3103/2021 formalizado para essa atividade, sendo que extingue com a decisão administrativa do órgão competente, nos termos do Decreto Estadual nº 47.383/2018, do Decreto Estadual nº 47.787/2019 e do Decreto Estadual nº 46.953/2016

Parágrafo segundo. Este termo é celebrado no uso do dever-poder discricionário da Administração Pública e, portanto, segue os critérios de conveniência e oportunidade para a sua elaboração. Deixando de subsistir esses critérios ou advindo outros que ensejam nova avaliação de mérito administrativo, este Termo poderá ser revogado sem prévia comunicação e manifestação da COMPROMISSÁRIA.

CLÁUSULA SEGUNDA - COMPROMISSO AJUSTADO

Pelo presente, a COMPROMISSÁRIA, perante a SUPRAM/ASF, compromete-se a executar as medidas e condicionantes listadas abaixo, observando rigorosamente os prazos assinalados a seguir estabelecidos, cujo início se dará na data da efetiva assinatura por ambas as partes:

CRONOGRAMA FÍSICO

Item	Descrição da Condicionante	Prazo
01	Realizar mensalmente monitoramento de sismografia dentro do condomínio Gafanhoto toda vez que a empresa realizar desmonte (detonação).	Durante a vigência do TAC
02	Protocolar o monitoramento sismógrafo realizado após o desmonte até o dia 10 do mês subsequente a detonação.	Durante a vigência do TAC
03	Comunicar toda a circunvizinhança do empreendimento 21 dias antes de cada detonação, colocando placas de Aviso em locais estratégicos, visíveis para a população que possui residência nos arredores da empresa, informando data e hora do desmonte. Obs: Em casos excepcionais, quando não for possível realizar a detonação, conforme previsto nos artigos 53, 54 e 55, da Portaria COLOG 147/2019, após todo o trâmite via SICOEX, a circunvizinhança deverá ser comunicada formalmente, colhendo a assinatura dos moradores, quando possível. No comunicado deverá ser apresentado a justificativa apresentada ao SICOEX, a data e hora do próximo desmonte, que deverá acontecer em até 72h. Ressalta-se aqui que os casos excepcionais se enquadram: Baixo nível de iluminação ou ocorrências de descargas atmosféricas, conforme previsto na NRM-16. Imprevistos com a empresa prestadora de serviços. Não é considerada excepcionalidade: alteração do planejamento/produção. A comprovação desta ação excepcional, também deverá ser apresentada a cada 5(cinco) meses à SUPRAM-ASF.	Durante a vigência do TAC.
04	Apresentar semestralmente relatório descritivo e fotográfico do desenvolvimento da lavra, (mapa atualizado mostrando a situação atual e a projeção do avanço da mina), evidenciando que não houve aumento da ADA e da produção, com ART do responsável técnico.	Durante a vigência do TAC
05	Realizar automonitoramento da entrada e saída da Caixa Separadora de Água e Óleo (CSAO).Frequência: quadrimestral.Parâmetros analisados: pH, temperatura, sólidos em suspensão, sólidos dissolvidos, vazão média, óleos minerais, óleos vegetais e gorduras animais, substâncias tensoativas e fenóis. Obs.: O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017 e deve conter a identificação,	A cada 04 meses

registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises. Apresentar os relatórios de automonitoramento em até 10 dias do mês subsequente.

Enviar semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduos–DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019. Para os resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir:

Resíduo		Transportador				Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão Social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável	Razão	Endereço

Durante a vigência do TAC

Resíduo Transportador Disposição final: Obs.(**) Denominação Origem Classe NBR 10.004 Taxa de geração kg/mês Razão social Endereço completo Forma (*) Empresa responsável Razão Endereço Durante a vigência do TAC. (*) social completo (*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la. (**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial 1- Reutilização; 2 – Reciclagem; 3 - Aterro sanitário; 4 - Aterro industrial; 5 – Incineração; 6 – Coprocessamento; 7 - Aplicação no solo; 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada); 9 - Outras (especificar).

OBS: A destinação final dos resíduos deverá ser feita por empresas ambientalmente regularizadas pelo órgão ambiental competente. Inclusive para os resíduos com características domiciliares e classificados como classe II conforme Norma ABNT NBR 1004:2004.

07 Realizar leituras semanais nos equipamentos horímetro e hidrômetro, da exploração de água utilizadas pela empresa, armazenando-as na forma de planilhas, que deverão ser apresentadas à SUPRAM -ASF. A cada 05 meses.

08 Promover a aspersão das vias de acesso do empreendimento, sempre que necessário, a fim de se evitar a geração de poeiras no local, apresentando comprovação fotográfica. A cada 05 meses

09 Apresentar relatório descritivo e fotográfico comprovando a execução de medidas para mitigar a geração de poeiras na UTM. A cada 05 meses

10 Não realizar novas intervenções ambientais ou em recursos hídricos sem o devido documento autorizativo do órgão ambiental competente. Durante a vigência do TAC

11 Apresentar estudo hidrogeológico da área da cava a fim de verificar se o lençol freático foi atingido pelas operações da lavra. Apresentar ART. 08 meses

12	Proceder à limpeza da Caixa SAO. Encaminhar arquivo fotográfico comprovando o cumprimento da condicionante. Todo o resíduo oleoso deve ser encaminhado para empresa licenciada e/ou armazenado em local adequado até o encaminhamento para a destinação final.	20 dias
13	Implantar sistema de aspersão no rebitador. Apresentar arquivo fotográfico comprovando o cumprimento desta condicionante.	30 dias
14	Realizar automonitoramento da entrada e saída das fossas sépticas para os parâmetros pH, sólidos sedimentáveis, óleos e graxas, DBO, DQO, substâncias tensoativas, sólidos suspensos e <i>E. Coli</i> .	A cada 04 meses
15	Estabelecer com as populações vizinhas ao empreendimento, Itabrita Britadora Itatiaiuçu Ltda., um canal de comunicação direta. O canal de comunicação deverá realizar o registro de reclamações em formulário adequado contendo: nome e endereço do reclamante; data e horário de evento gerador de reclamação; tipo de incômodo verificado e providências tomadas pela empresa para minimizar os aspectos relativos ao objeto de reclamação. Apresentar, mensalmente, relatório do registro das reclamações obtidas.	Durante a vigência do TAC
16	Estabelecer, para o canal de comunicação direta, um setor do empreendimento, Itabrita Britadora Itatiaiuçu Ltda., responsável pela comunicação com a comunidade por meio de agente familiarizado com as operações de produção. O setor responsável deverá acompanhar os registros de reclamações e realizar tratativas de retorno ao reclamante, sempre que as ações forem tomadas com o intuito de sanar o tema advindo da reclamação. Apresentar, mensalmente, relatório do registro das tratativas tomadas pelo setor responsável pelo canal de comunicação.	Durante a vigência do TAC

Parágrafo primeiro. Os relatórios/análises e estudos deverão conter a identificação, registro profissional e a assinatura do(s) responsável(is) técnico(s) pelas análises e atender os requisitos da Deliberação Normativa COPAM nº. 216/2017, instruído com o certificado de regularidade válido do profissional no CTF/AIDA, conforme Instrução Normativa IBAMA nº. 10/2013 e Resolução CONAMA nº. 01/1988.

Parágrafo segundo. Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM-ASF, face ao desempenho apresentado.

Parágrafo terceiro. Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste cronograma deverá ser previamente informada e aprovada pelo Órgão ambiental.

Parágrafo quarto. Cada item do Cronograma Físico desta cláusula representa uma obrigação, que por sua vez consiste em uma ou mais medidas, estas vinculadas entre si e cumuladas, que visam a proteção ambiental e as quais devem ser plenamente atendidas pela **COMPROMISSÁRIA**. Assim, a obrigação como um todo será considerada descumprida no caso de alguma medida que a constitua não for atendida.

Parágrafo quinto. Considera-se como obrigação descumprida a juntada de documentos ou atendimento de condicionante fora dos prazos estabelecidos no cronograma físico, da cláusula segunda. Portanto, nas obrigações em que for determinada a juntada e/ou apresentação de documentos, os mesmos deverão ser realizados mediante protocolo na SUPRAM-ASF.

Parágrafo sexto. As condicionantes que dependem de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) somente serão consideradas cumpridas com a juntada deste último documento, de modo que será considerado sem efeito o relatório/estudo/levantamento apresentado sem a aludida anotação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EFICÁCIA DO PRESENTE INSTRUMENTO

Celebrado o presente termo de compromisso, a COMPROMISSÁRIA fica autorizada a operar a atividades relacionada às atividades industriais, todas estas inseridas na análise do processo administrativo SLA nº 3103/2021.

Parágrafo primeiro. Assim, caso seja constatado o funcionamento de atividades não amparadas por este termo, estas devem ser imediatamente suspensas até sua regularização ambiental, sem prejuízo de outras medidas legalmente previstas, conforme determina o artigo 108, §1º, do Decreto Estadual n. 47.383/2018.

Parágrafo segundo. O presente instrumento não antecipa ou afasta a necessidade de obtenção de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, marcadamente, licença ambiental, autorização para intervenção ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos, que, por ventura, façam-se exigíveis, e que deverão ser tratadas exclusivamente no âmbito do processo administrativo cabível e autorizadas por decisão do órgão competente.

CLÁUSULA QUARTA – DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Este instrumento não inibe ou restringe, em qualquer hipótese, as ações de controle, fiscalização e monitoramento da COMPROMITENTE ou de qualquer órgão ambiental fiscalizador face à COMPROMISSÁRIA, nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do Poder de Polícia.

Parágrafo único. A COMPROMITENTE poderá realizar vistorias nas áreas operacionais da COMPROMISSÁRIA, objetivando verificar a observância e o cumprimento das medidas ambientais e condições ajustadas na CLÁUSULA SEGUNDA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no âmbito do presente termo implicará:

1. Na revogação imediata do termo, sem necessidade de prévia comunicação da COMPROMITENTE à COMPROMISSÁRIA;
2. A suspensão total e imediata da atividade de granulação de escória desenvolvida no empreendimento;
3. Multa no valor de 4.500 UFEMGs por obrigação descumprida;
4. Encaminhamento de cópia deste termo, bem ainda cópia dos documentos que compõem o processo de licenciamento ambiental à Advocacia Geral de Estado – AGE, suficientes para providências quanto à execução do presente TAC e demais medidas cabíveis ao caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO

O presente instrumento produz efeitos a partir de sua celebração e possui eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei Federal nº 7.345, de 1985, e no art. 784, II, da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), cabendo sua execução em caso de descumprimento de seus termos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE EXLUEM A RESPONSABILIDADE PELO INADIMPLEMENTO

O inadimplemento das medidas ajustadas no presente termo estará plenamente justificado se decorrente de caso fortuito ou força maior, na forma do art. 393 da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil) ou se resultante do encerramento definitivo das atividades da COMPROMISSÁRIA, desde que seja equacionado o passivo ambiental gerado e que haja prévio aviso a SUPRAM-ASF.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE NA HIPÓTESE DE SUCESSÃO

O presente compromisso obriga, em todos os termos e condições, a COMPROMISSÁRIA e seus sucessores, a qualquer título.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento para fins de continuidade da atividade é de mais 12 (doze) meses a partir de 09/12/2022, isto é, até 09/12/2023, salvo, se antes deste prazo houver a conclusão do processo de licenciamento SLA nº 3103/2021, circunstância que faz rescindir automaticamente o presente TAC, ou verificada degradação ambiental ou o descumprimento das obrigações e prazos constantes na CLÁUSULA SEGUNDA, conforme permissivo condo na Lei Federal n. 9.605/1998.

Parágrafo primeiro. O prazo do presente Termo de Ajustamento de Conduta poderá ser prorrogado por igual período, por requerimento fundamentado da COMPROMISSÁRIA, antes do vencimento do presente Termo e com a concordância da COMPROMITENTE, sendo que serão observadas as disposições do artigo 132, § 3º, do Código Civil Brasileiro e do artigo 59, §2º, da Lei Estadual n. 14.184/2002 (Processo Administrativo Estadual).

Parágrafo segundo. O requerimento (mediante protocolo no Órgão Ambiental licenciador) da prorrogação das condicionantes, devem ser instruídos com as informações necessárias à verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, de modo que o mero pedido não implica na prorrogação automática das suas obrigações, devendo a COMPROMISSÁRIA aguardar a manifestação da COMPROMITENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

As obrigações assumidas e previstas neste Instrumento são consideradas de relevante interesse ambiental, tal como previsto no art. 68, da Lei n. 9.605/1998, desta maneira, são exigíveis nos modos e prazos nele convencionados, independentemente de qualquer notificação ou aviso preliminar, judicial e extrajudicial.

Parágrafo primeiro. A perda da validade, suspensão ou cancelamento deste termo não impede ao Órgão licenciador aferir o devido cumprimento das obrigações na sua vigência, bem ainda, no caso de não serem atendidas, exigir o seu cumprimento e/ou executar este instrumento, sem prejuízo da aplicação das penalidades contidas na CLÁUSULA QUINTA.

Parágrafo segundo. Sem prejuízo de outras obrigações constantes deste TAC, a COMPROMISSÁRIA obriga-se ainda a comunicar a SUPRAM-ASF sobre quaisquer alterações em seus dados, especialmente em seu endereço e em sua situação societária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, para dirimir as questões decorrentes do presente termo de compromisso, com renúncia de qualquer outro.

E assim por estarem devidamente compromissadas, firmam o presente termo como ato de conhecimento inequívoco do seu conteúdo.

Divinópolis, 05 de janeiro de 2023.

ITABRITA – Britadora Itatiaiuçu Ltda

Empreendimento

CNPJ nº 14.152.333/0004-93

Anna Carolina da Motta dal Pozzolo

Subsecretária de Regularização Ambiental

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Masp. nº. 1.491.765-2



Documento assinado eletronicamente por _____, **Usuário Externo**, em 06/01/2023, às 07:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo, Subsecretário(a)**, em 06/01/2023, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **58904122** e o código CRC **082A5ABC**.